

Entrevista com Carmem Maria Craidy

Entrevista e texto: José Antônio dos Santos | Fotografias: Fernanda Verdi

A professora Carmem Maria Craidy é graduada em Pedagogia (1964), com mestrado em Sciences de L'éducation - Université Paris Descartes (1972) e doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1996). É professora titular aposentada da Faculdade de Educação e ex-integrante do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FACED/UFRGS). Ao longo da sua trajetória, foi exilada política na França, e deu aulas na cidade de Maputo, em Moçambique. Faz extensão e pesquisa sobre os temas da educação infantil, adolescentes infratores e educação e violência, é colaboradora convidada do Departamento de Estudos Especializados da FACED/UFRGS.

Revista da Extensão: Professora Craidy, por favor, nos fale sobre a sua trajetória e o seu interesse na extensão universitária.

Craidy: A minha inserção na extensão decorre fundamentalmente dos posicionamentos pessoal e político que assumi ao longo da vida. Eu sempre fui muito engajada nas questões sociais e políticas. Desde a minha adolescência, como estudante secundarista, já trabalhava na periferia, depois trabalhei com o método Paulo Freire e fiz política estudantil. Então, eu sempre tive essa perspectiva do engajamento e uma concepção de universidade pública que se voltasse aos problemas sociais. Tive a oportunidade de trabalhar no processo de construção da Constituição

de 1988, na assessoria de elaboração do capítulo da criança e do adolescente e nas discussões sobre educação. Pra mim é muito clara a concepção de universidade que está contemplada no Artigo 207 da Constituição, que diz: o ensino, a pesquisa e a extensão deve ser prática indissociável na universidade. Sem a prática desta indissociabilidade o ensino superior não cumpre o seu papel.

RevExt: A sua formação também colaborou para a sua inserção social.

Craidy: Eu sou formada no velho Curso Normal, depois me formei em Pedagogia. Fui exilada política e fiquei no exterior durante oito anos, período em que estudei na França e fiz mestrado na Sorbonne sobre a Reforma no Ensino Superior do Brasil durante a ditadura militar. Depois fui para Moçambique, onde trabalhei na Direção Nacional da Educação de Moçambique e na Universidade Eduardo Mondlane. Foi uma experiência muito rica, na medida em que faltavam profissionais habilitados, e eu dava tudo que era matéria. Trabalhei em Maputo na formação de pesquisadores, na formação de professores, em seminários de alfabetização de adultos durante dois anos e depois voltei ao Brasil.

RevExt: Como foi a sua volta ao Brasil depois dessa experiência?

Craidy: Eu voltei ao Brasil em 1979. Estava com dois filhos, um de dois anos e uma gravidez de oito meses, minha filha nasceu em seguida





que chegamos a Porto Alegre. Eu precisava muito trabalhar, meu companheiro ficou em Moçambique e veio só depois da anistia política. Eu só voltei porque meu filho estava muito doente eu tinha que tratá-lo, eu portava um atestado falso que afirmava que a minha gravidez era de sete meses. Como você sabe não se podia ou não se pode viajar de avião com oito meses de gravidez. Minha filha nasceu logo que cheguei ao Brasil. Inclusive, a polícia veio me buscar na casa de minha mãe logo que a minha filha nasceu, uma vez que eu tinha sido exilada. Interrogaram-me arbitrariamente, pois entrei legalmente no país e não havia nenhuma acusação nova contra mim, depois fui absolvida por falta de provas num julgamento à revelia. Fui libertada com a interferência do presidente da OAB [Ordem dos Advogados do Brasil] do Rio Grande do Sul. Logo depois consegui emprego na antiga FEBEM [Fundação Estadual Para o Bem Estar do Menor], onde fiquei até 1983. Fui assessora de educação

do professor Luis Oswaldo Leite que era professor da UFRGS. Fiz todo um trabalho educacional e, a partir dessa experiência, me engajei no trabalho com infratores e trabalhei no Juizado da Criança e do Adolescente até 1985, quando fui para Brasília.

RevExt: O seu envolvimento maior com jovens em conflito com a lei começou com essas experiências que, por sua vez, a levaram para trabalhar em Brasília.

Craidy: Em Brasília, fui trabalhar no Ministério da Previdência, na Secretaria de Assistência Social, onde coordenei o Programa Nacional de Pesquisas Sobre Criança e Adolescente. Enquanto eu estive no Rio Grande do Sul, também fiz pesquisas com o GEEMPA [Grupo de Estudos Sobre Educação, Metodologia de Pesquisa e Ação] sobre as temáticas da alfabetização de crianças de periferias. Estas experiências, sobretudo a da FEBEM e as vividas no exterior, serviram para



ser convidada para coordenar a montagem desse Programa com pesquisadores do Brasil inteiro, o que contou com a participação de diversos Ministérios. O Governo brasileiro estava sendo montado no processo de transição da ditadura para a democracia, o ministro da Previdência era o Valdir Pires, e, quando mudou, não conseguimos efetivamente implementar o projeto. Saíram algumas pessoas e não conseguimos seguir adiante. Emperrou na burocracia da transição da ditadura para a democracia.

RevExt: Isso tudo aconteceu já no processo de construção da Constituição democrática, nos anos de 1986, 1987, é isso?

Craidy: Sim, nesses anos, eu fui designada pelo Ministério da Previdência para fazer assessoria e integrar a Comissão Nacional Criança e Constituinte, onde colaboramos para coordenar mais de 600 instituições do Brasil

inteiro na elaboração da Emenda Popular sobre “Criança e Constituinte”. Eu participei de todo o processo Constituinte que elaborou o capítulo da Constituição sobre Criança e Adolescente, e assessoriei diretamente esse trabalho. Quando foi promulgada a Constituição, eu estava no Ministério da Previdência e fui para o INEP [Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira], do Ministério da Educação, para assessorar a elaboração da lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Trabalhei em especial os capítulos de educação infantil e de jovens e adultos. Entretanto, eu tinha feito concurso aqui na UFRGS para auxiliar de ensino e o resultado saiu uma semana antes de eu me mudar para Brasília. Achei que não ia passar no concurso e tirei o primeiro lugar. Quando saiu a nomeação eu já estava trabalhando no Programa de Pesquisas sobre crianças e adolescentes do Ministério da Previdência e o Ministro solicitou à UFRGS que eu fosse cedida para Brasília, onde fiquei até 1990.

RevExt: A sua opção para trabalhar na UFRGS, dar aulas e se envolver em pesquisas acadêmicas e extensão, nas temáticas das crianças e dos adolescentes dos meios populares se deu quando?

Craidy: Eu também havia realizado concurso na Universidade de Brasília e, em 1990, as duas universidades estavam me chamando para assumir em tempo integral ou perderia as vagas. Ou seja, eu tinha que optar, mas não havia concluído meu doutorado, tinha realizado seis anos de doutorado em Paris em Ciências da Educação, quando fui pra Moçambique e não concluí a tese. Quando eu cheguei ao Brasil não tinha doutorado, e tinha que fazer de novo. Dessa forma, eu optei por Porto Alegre, por três razões: os meus filhos não tinham se adaptado à Brasília; o Collor tinha sido eleito, eu já estava cansada de trabalhar no Ministério e com ele seria mais difícil; e terceiro, não tinha doutorado em educação na cidade de Brasília. Então eu vim fazer o doutorado na UFRGS e passei a trabalhar com a temática dos meninos de rua.

RevExt: O início dos anos de 1990 foi um período de grande ebulição dessas questões.

Craidy: Na época, eu fui chamada para um Programa Estadual, para coordenar projetos de pesquisas financiados pelo Banco Mundial sobre educação infantil. Ao mesmo tempo, fazia o doutorado com meninos de rua e coordenava o Projeto de Pesquisa sobre a situação das crianças de zero a seis anos e a educação infantil no Rio Grande do Sul. Era muito trabalho e eu não estava de licença para estudar, ministrava quatro cadeiras na Faculdade de Educação, trabalhava na coordenação da pesquisa e fazia a tese. O meu trabalho de doutorado foi uma ação de extensão e pesquisa, porque eu dava aulas para meninos de rua e refletia sobre o processo na elaboração da tese. Sempre trabalhei nessa perspectiva. Em educação tu tens que participar da realidade concreta da educação básica, da infância e dos adolescentes. Devemos pesquisar dialogando com a realidade e a teoria, isso é fazer extensão e pesquisa na área de educação.

O Brasil é o sexto país no mundo a assassinar jovens, são cerca de 50 por dia. Isso é um desafio prático, teórico, político e pedagógico enorme para todos nós.



RevExt: Como a senhora perseguiu, na sua vida acadêmica, a perspectiva da indissociabilidade entre o ensino-extensão-pesquisa?

Craidy: Em todas as pesquisas que eu fiz até hoje, que estão registradas nos livros e nos artigos, estão presentes os princípios da extensão e do diálogo com a realidade concreta. Eu acho que isso deveria ser inerente a todas as áreas sociais e humanas da Universidade. Não quer dizer que a Universidade não possa fazer pesquisa pura; é claro que também é sua função fazer pesquisa pura, mas eu acho que a área de educação é, por excelência, uma área de aplicação, de ciência aplicada que se articula com várias fontes de conhecimento. A educação interage com a filosofia, sociologia, antropologia, psicologia, sendo um campo de encontro intrinsecamente interdisciplinar. Não se faz educação sem um diálogo concreto com a realidade do país – socioeconômica, cultural, política – com a realidade educacional do sistema de ensino em particular e de todo o sistema educativo, seja de ensino ou não.

RevExt: A sua contribuição no PPSC [Programa de Prestação de Serviços à Comunidade da UFRGS] é um exemplo de como pode se dar o desenvolvimento do que se entende por indissociabilidade.

Craidy: Sem dúvida, o Programa de Prestação de Serviço à Comunidade, que recebe adolescentes em conflito com a lei é um bom exemplo de indissociabilidade pela circulação de conhecimentos. Os adolescentes são julgados e devem cumprir uma medida socioeducativa, que corresponde a uma pena sem internação ou em meio aberto porque o crime que eles cometeram não é tão grave que exija prisão e porque o adolescente está sujeito a um regime especial de proteção. Nós desenvolvemos, desde 1997, um programa em que a Universidade recebe os adolescentes que devem prestar serviços à comunidade. Eles cumprem a medida na Universidade, e a nossa função é recebê-los e encaminhá-los para que cumpram a medida judicial a partir de uma dimensão pedagógica e educativa. O objetivo do





Programa é a construção de uma pedagogia para a medida socioeducativa. Portanto, é educação, mas não é educação escolar.

RevExt: Como se dá essa relação pedagógica e educativa desenvolvida no PPSC?

Craidy: Nós temos uma interlocução com a escola, porque o processo de escolarização desses meninos, em geral, se constitui como problema. Praticamente a metade dos adolescentes que temos registro em nosso banco de dados, entorno de 1.400, estava fora da escola. A outra metade, uma parte estava cursando a escola na idade certa e a grande maioria estava em atraso escolar. Eles têm, em geral, entre quinta e sexta série e, de 16 a 18 anos de idade, demonstrando uma defasagem escolar importante. A recuperação da vida escolar é uma dimensão fundamental do trabalho pedagógico com esses meninos, mas não é o único. O trabalho é muito mais complexo e a gente enfrenta problemas de várias ordens: problemas de discriminação, de preconceito e de estigma contra o adolescente infrator. Um menino que

rouba um celular, não pode ser consagrado pela sociedade como sendo um criminoso. O adolescente busca visibilidade social e afirmação pessoal. Ele quer ser escutado e reconhecido como sujeito. É isto que buscamos oportunizar lhes. Fazer que a medida socioeducativa seja uma oportunidade de encontro consigo mesmo, com os outros e com o mundo é fazê-la de fato educativa.

RevExt: Também entendo que o problema da criminalização da juventude deveria ser uma preocupação de toda a sociedade.

Craidy: É claro! Às vezes um menino ou menina faz uma bagunça com o seu “bonde” [grupo] dentro de um ônibus e aquilo vira um problema e o jovem é criminalizado. Ele é levado para a FASE [Fundação de Atendimento Socioeducativo do Estado], que é uma instituição de internação, e misturado com outros jovens mais comprometidos com o crime e pode sofrer influências. A grande motivação desses meninos que infringem a lei é de afirmação pessoal, busca de visibilidade



social e também de acesso ao consumo. São motivações nitidamente juvenis que caracterizam uma problemática de juventude e devem ter uma abordagem educativa como forma de superação. Nesse sentido, nós trabalhamos em rede com todo o sistema de atendimento disponível. Fazemos parte do PEMSE, que é o Programa Municipal de Execução de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto, de Porto Alegre, que coordena todas as unidades de execução das medidas. Nós somos a unidade de execução do Programa mais antiga da cidade.

RevExt: O Programa Municipal de Execução de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto [PEMSE] também articula outros parceiros para buscar resolver essa questão.

Craidy: O PEMSE, que é parte da FASC [Fundação de Assistência Social e Cidadania] é subordinado ao juizado, e é por meio do PEMSE que nós recebemos os adolescentes em conflito com a lei. Nós trabalhamos a assistência social, escolas, e, eventualmente, com policiais e juízes. O PPSC faz parte de toda uma rede de trabalho, informação e assistência ao jovem infrator. Por exemplo, esse último livro que publicamos recentemente chama-se “Medidas Socioeducativas entre A e Z”, e foi protagonizado, sobretudo, pela professora Gislei [Domingas Romanzini Lazzarotto], que é da Psicologia. O livro tem um conjunto de 102 verbetes, elaborados por 82 pessoas da nossa equipe e outras ligadas a nós, como estudantes, técnicos da rede de atendimento, adolescentes e seus pais. Todos colaboraram com depoimentos, relatos de experiências e textos teóricos. A publicação está sendo distribuída aos interessados: professores, psicólogos, juízes, promotores, advogados, policiais, assistentes sociais, estudantes e mesmo para os pais dos adolescentes que cumprem a medida. Já foi enviada a outros estados e distribuída às unidades de execução do Programa.

RevExt: Sabemos que o PPSC já se tornou uma referência no Estado, não apenas em receber, acompanhar e dar acesso a novas aprendizagens aos adolescentes, mas também como uma experiência extensionista e interdisciplinar.

Craidy: A nossa equipe tem participado de reuniões e colaborado na formação de técnicos de órgãos executores das medidas socioeducativas de Porto Alegre, onde somos reconhecidos como uma referência. É um trabalho educacional que está abrigado na Faculdade de Educação, e que mantém o caráter interdisciplinar e interdepartamental. Integramos o Núcleo de Pesquisa e Extensão em Educação, Exclusão e Violência

Social [NUPEEEVS], e hoje fazemos parte do PIPA [Programa Interdepartamental de Práticas com Adolescentes em Conflito com a Lei], que é um dos Núcleos da Pró-Reitoria de Extensão da UFRGS. Também integramos o Grupo DEZ [G10] do SAJU [Serviço de Assistência Judiciária da Faculdade de Direito – UFRGS], que faz a defesa e a assistência jurídica dos adolescentes, e do Estação PSI, que é um projeto de extensão da Faculdade de Psicologia que nos ajuda no acompanhamento psicológico dos jovens. O PIPA integra ainda o projeto “Coletivo Fila”, composto por estudantes de direito e de psicologia e que trabalham nas filas dos familiares que visitam os jovens detidos na Fundação de Atendimento Socioeducativo do Estado.

RevExt: É uma rede extensa e capacitada de profissionais que se manteve, ao longo de 17 anos de existência do Programa de Prestação de Serviço à Comunidade [PPSC], mas que formou também uma quantidade grande de estudantes?

Craidy: Foram muitos. Ao longo desses anos formamos uma série de mestres e doutores que trabalharam com diversos aspectos da problemática. Eu coordenei o PPSC, de 1997 até 2012, e houve sempre a participação de bolsistas de graduação seja de extensão, de pesquisa, e bolsistas de mestrado e doutorado. Atualmente, o Programa é coordenado pela Magda Martins de Oliveira, que é técnica educacional, foi minha orientanda de mestrado, coordenadora executiva e atual coordenadora efetiva do PPSC. O G10 do SAJU tem a assistência da professora Ana Paula Motta Costa, que foi presidente da FASE [Fundação de Atendimento Socioeducativo do Estado] e da FASC [Fundação de Assistência Social e Cidadania], e é professora da UFRGS. O Estação Psi é coordenado pela professora Gislei Lazzarotto, do Instituto de Psicologia. Desde que me aposentei, em 2012, eu continuei colaborando com o Programa, não dou mais aula, mas orientei mais de 50 trabalhos de pós-graduação. Foram mais de 30 dissertações e teses, quase todas nas



áreas de violência juvenil, da infração penal, de populações de rua, medidas socioeducativas e da educação infantil.

RevExt: A área da educação tem contribuído muito para o desenvolvimento da extensão universitária.

Craidy: Todos os livros produzidos no PPSC foram construídos a partir do trabalho concreto. Existem trabalhos teóricos também, mas nossa perspectiva teórica metodológica é de colocar o pé no chão, e trabalhar em contato direto com os problemas sociais, sobretudo num país como o nosso, onde são assassinados por dia cerca de 50 jovens, é um dos índices mais altos do mundo. O Brasil é o sexto país no mundo com o maior número de assassinatos de jovens, está na frente, inclusive, de países em guerra. Agora melhorou um pouco, pois em 1999, logo depois da aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente nós éramos o segundo país do mundo em número de jovens assassinados. Hoje nós somos o sexto. Melhorou um pouquinho, mas se a gente pensar que tem 50 jovens entre 15 e 25 anos sendo assassinados por dia no Brasil, é um desafio. É um desafio prático, teórico, político e pedagógico enorme para todos nós.

RevExt: Embora não declarada, é uma guerra civil contra a juventude brasileira que precisa ser melhor entendida e divulgada na nossa sociedade. A maioria dos jovens assassinados no Brasil são negros e a sociedade precisa pensar no futuro.

Craidy: Sem dúvida. Nos dois últimos anos eu estou buscando autorização para pesquisar os jovens que frequentaram nosso Programa, entre 2009 e 2010, são informações sobre onde estão, se cometeram novos delitos e quem foi morto. Até hoje não obtivemos autorização da Plataforma Brasil para fazer esse levantamento. Perdemos os meninos de vista e não conseguimos acompanhar suas trajetórias para fazer a pesquisa, porque a mentalidade da ética na pesquisa é completamente distorcida. O Comitê sediado

no Ministério da Saúde que controla toda a ética na pesquisa é muito restritivo. A pesquisa em educação, sociologia, antropologia não precisaria ter o parecer da saúde para acessar informações que são públicas. Como vamos avaliar o nosso trabalho de extensão e continuar a pesquisa? Precisamos saber o efeito do nosso trabalho sobre as vidas dos jovens que passaram pelo PPSC.

RevExt: Há algum registro de morte de adolescentes enquanto estavam no Programa?

Craidy: Nós tivemos muitos jovens que passaram no PPSC e alguns que foram mortos, inclusive, quando estavam aqui. O problema do morticínio das periferias é um absurdo, não é só por razões graves ou o tráfico que mata, às vezes, são razões banais. Há uma cultura de resolver conflitos eliminando o outro por conta de brigas por namoradas, por bobagens, se matam. Esse problema está exigindo um enfrentamento da sociedade brasileira, especialmente, da educação brasileira, muito mais sério. Chegou ao ponto em que muitas crianças pequenas de creches brincam de morte e de enterro. Isso é um sintoma de um problema social horrível que a extensão, o ensino e a pesquisa precisam enfrentar de frente. É uma questão de cidadania, uma questão de consciência profissional e a extensão não pode ficar fora dessa problemática. A violência desafia o país. A Universidade não pode ser uma torre de marfim e ficar enclausurada, e a extensão e a pesquisa têm que quebrar essa clausura.

RevExt: A intervenção pública na educação infantil parece ser uma iniciativa necessária para iniciar o processo de educação contra a violência ou educação pela paz.

Craidy: Acho que estamos no aquém do desejável, mas de alguma forma houve um avanço, na educação infantil isso é muito evidente. O Pró-Infância é um programa em consolidação na formação de profissionais e na construção de creches, financiado pelo Governo Federal. No campo da criança e do adolescente houve um

avanço considerável nos últimos anos. Podemos ver, atualmente, que não há praticamente nenhuma criança na rua. Há 10 ou 15 anos atrás, eu trabalhava com adolescentes, meninos e meninas de rua, de 7 a 15 anos, e tinha uma massa de crianças na rua pedindo na sinaleira, fazendo pequenos roubos. Hoje você tem na rua, adultos ou drogados, mas crianças é mais raro.

RevExt: Isso é reflexo da legislação e das políticas sociais dos governos, assim como das mobilizações sociais que tiveram início contra o regime militar.

Craidy: Em 20 anos, podemos notar uma diferença enorme, é efeito da Constituição e do ECA [Estatuto da Criança e do Adolescente], assim como das reivindicações e dos programas sociais, sem dúvida. Por outro lado, o problema que eu referi da morte dos jovens vem aumentando, e isso é paradoxal. O mapa da violência que é elaborado por Julio Jacobo Waiselfisz, em colaboração com o Ministério da Justiça, e outras instituições, faz um levantamento de mortes e violência no Brasil por faixas etárias. Temos a seguinte situação no último mapa, publicado no ano passado com dados de 2011: 73% das mortes, entre jovens de 15 e 20 anos, se dão por causas externas. A primeira causa de mortes de jovens no Brasil é por homicídios, a segunda causa é por acidentes de trânsito, a terceira é suicídio. Isso é sintoma de uma crise social muito profunda, porque a juventude é um sintoma do problema social, e nós estamos carecendo de estudos sobre este problema. A Angelina Peralva tem uma tese de doutorado que publicou sob o título de “Violência e democracia o paradoxo brasileiro”. Ela demonstrou que, na medida em que avançou o processo democrático no país, aumentou a ascensão social, o acesso à educação e ao consumo, mas aumentou também a violência social. O acesso à informação e ao consumo criaram aspirações que não conseguiram ser correspondidas pela sociedade, o que gerou mais violência. Aqueles

que estavam acomodados numa miséria sem perspectivas, entraram em outras rotinas de aspiração e de consciência de direitos, mas não conseguiram obter respostas adequadas aos estímulos recebidos.

RevExt: Acho que essa é parte da explicação, mas a questão da violência social é muito mais complexa, inclusive, pode ser atribuída também aos mecanismos de repressão criados pela ditadura militar que não foram integralmente desmontados.

Craidy: Sem dúvida. A violência também é alimentada por mecanismos do crime organizado, tráfico de drogas, desigualdade social, mas é distorcido atribuir tudo ao tráfico de drogas, concordo que a questão é complexa. Muitas vezes, os jovens se matam entre si como uma forma de antecipar o risco. Eles estão imersos em uma situação de risco, aspiram condições que não realizam, têm ausências de referências claras, porque o desenvolvimento educacional e cultural não acompanhou o desenvolvimento econômico na mesma proporção. Também há uma crise institucional em todos os níveis, na concepção de família, na política, na escola, todas as instituições contemporâneas estão em crise. Há uma crise de referenciais e a juventude no mundo inteiro e, particularmente no Brasil, se sente em risco, então, digamos assim, ele se mata ou mata como uma forma de antecipar o risco. O “surfe ferroviário” no Rio de Janeiro é um bom exemplo. Os jovens andam em cima dos trens e sabem que podem morrer num acidente, mas eles fazem isso como uma forma de desafiar o risco. Por outro lado, a violência e as mortes dos jovens, em parte, são responsabilidades da polícia, herança da ditadura, e de toda a história de violência do país desde suas origens, mas também são por conta dessa consciência de risco que os jovens vivem e omissão da sociedade. A universidade tem que enfrentar isso do ponto de vista teórico e prático, atualmente, não temos análises consistentes e, muito menos, ações à altura do problema.



RevExt: No sentido da resolução dessas questões, o que o PPSC tem realizado?

Craidy: A nossa principal preocupação no Programa é articular as diferentes áreas do conhecimento, educação, direito, psicologia, serviço social e enfrentar esses desafios. A execução nas medidas socioeducativas está carente de pedagogia, nós estamos fazendo isso, estamos trabalhando na construção de uma pedagogia para executar, do ponto de vista educacional, as medidas socioeducativas. Recebemos uma quantidade enorme de meninos, chegamos a receber 80 jovens para colocar em atividades na universidade, e, como se acompanha pedagogicamente essa moçada? Aos poucos a gente foi conquistando espaço, inicialmente, conquistamos uma sala e um computador com outros programas e aos poucos fomos sendo reconhecidos e melhoramos as condições de trabalho.

RevExt: A estrutura é muito importante porque institucionaliza a iniciativa e dá condições para a continuidade e a melhoria do programa de extensão, nesse processo, a participação dos estudantes é muito importante.

Craidy: Exatamente. Todos os anos lutávamos para buscar financiamento e manter o Programa, compor uma equipe de bolsistas para dar conta do plantão permanente que temos aqui. Agora, conseguimos um técnico concursado que deu mais estabilidade ao programa, além dos estudantes de direito que estão se envolvendo na problemática, e de psicologia que fazem estágio no Programa. Os estudantes de pedagogia não fazem estágios no PPSC ainda, mas com a institucionalização da área de educação social, dentro da pedagogia, em breve esperamos ter estágio curricular, o que vai consolidar ainda mais a produção de conhecimento nessa área.

RevExt: Quais as perspectivas que a senhora apontaria para o crescimento do Programa e onde há maior necessidade de atuação? Por exemplo, a questão dos egressos, me parece ser um tema importante para saber qual é o destino daqueles que passaram pelo PPSC.

Craidy: Praticamente não existe acompanhamento àqueles jovens que cumpriram suas penalidades e deixaram o Programa. É difícil acompanhá-los, se um menino já cumpriu a

medida socioeducativa, ele não tem mais a obrigação de ficar prestando conta da sua vida pra ninguém. Mantemos contatos com alguns egressos porque eles voltam, se vinculam a nós e retornam em circunstâncias específicas, sobretudo, quando estão muito bem e querem contar que estão trabalhando, estudando, tiveram filhos, casaram. Às vezes, fazemos chá de fraldas, chá de panelas com os jovens e suas famílias. Há um clima de convivência com vários egressos que ficaram vinculados a nós. Também temos as oficinas pedagógicas que são abertas para os egressos, têm muitos que terminam a medida e continuam participando. Alguns pais que concluíram o acompanhamento aos seus filhos também pedem pra continuar participando das reuniões. Alguns, dizem: “A gente não tem onde conversar sobre os problemas dos nossos filhos, não sabemos o que fazer”. Outra situação em que eles nos visitam é quando estão muito mal e vêm pedir socorro. Precisam de uma defesa jurídica ou de emprego, estão sem lugar para morar, desfiaram o casamento e estão na pior. Mas, tem um número grande daqueles que perdemos o contato e é difícil localizar. Não é fácil pesquisar nessa área de violência contra a juventude por desorganização dos órgãos responsáveis, falta de dados ou de acesso por questão de ética, conforme comentei antes.

RevExt: Das cerca de 40 orientações de mestrado e doutorado que a senhora realizou, uma boa parte, certamente, foi produzida a partir das experiências do Programa?

Craidy: As pesquisas foram nas áreas de educação infantil, problemas de violência juvenil, medidas socioeducativas, violência nas escolas, meninos de rua, juventudes marginalizadas, serviços de atendimento às crianças e adolescentes em ONGs e demais instituições. Sempre orientei para que os estudantes buscassem relacionar ensino-extensão-pesquisa porque acho essas relações fundamentais. Inclusive, fizemos cartas aos departamentos da Faculdade de Educação solicitando espaços

para divulgar a experiência do Programa. Entendemos que o nosso trabalho ainda penetra pouco na educação, apesar dos 17 anos de trabalho e da circulação de mais de 1.400 jovens que passaram por aqui. A meta atual é que a essa problemática se torne curricular e obrigatória na formação de profissionais que atuam na educação de crianças e adolescentes. Nossa intenção é construir uma pedagogia de execução das medidas socioeducativas.

RevExt: Vários cursos de especialização e de extensão foram ministrados pelo PPSC com esse objetivo ao longo dos anos.

Craidy: Realizamos vários cursos de extensão sobre essas temáticas, praticamente, de dois em dois anos realizamos um curso. Também fizemos cursos de extensão para formação de profissionais que atuam nas questões de violência contra menores. Um curso de pós-graduação, em nível de especialização, específico sobre esses problemas ainda não fizemos, mas participamos de vários outros em que ministramos disciplinas sobre o assunto. O que aspiramos é um mestrado profissionalizante voltado aos profissionais que atuam na área. A dificuldade é conseguir os professores em número suficiente para ministrá-lo. Eu comecei minha carreira universitária tarde em função de ficar exilada, depois tive que refazer meu doutorado e logo eu fui aposentada. Era o momento em que estava com melhor produtividade acadêmica. De qualquer forma, tem muita gente boa que orientei trabalhando nessa área em Cruz Alta, Novo Hamburgo e Caxias do Sul, dentre outros lugares. Temos pesquisadores em várias partes do país e, na UFRGS, tem o pessoal da sociologia que faz extensão na formação de policiais e a antropologia que tem pesquisa com essas temáticas. Também no direito e na psicologia há trabalhos importantes. Assim, entendo que dei a minha contribuição e deixei plantadas algumas sementinhas junto com a de outros pesquisadores e ativistas do campo das medidas socioeducativas, e das questões da juventude, da criança e da adolescência. ◀